



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 647, de 2015, do Senador José Medeiros, que “concede crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) à pessoa jurídica sobre as aquisições de algodão em pluma oriundas de pessoa física nas operações que especifica e isenta dessas contribuições a receita de venda pelas pessoas jurídicas do algodão em pluma”.



SF/16237.29972-40

Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o PLS nº 647, de 2015, cujo objetivo consiste em desonerar a etapa inicial da cadeia de produção de tecidos de algodão. Para tanto, permite que as pessoas jurídicas que utilizem o algodão em pluma como insumo na industrialização têxtil possam deduzir crédito presumido de duas contribuições federais – PIS/PASEP e COFINS



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

– devidas em cada período de apuração, calculado sobre o valor do produto adquirido de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física (art. 1º).

O art. 1º, §1º, especifica que o direito ao crédito presumido somente será aplicado aos bens adquiridos ou recebidos, no mesmo período de apuração, por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País. O crédito não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subsequentes.

O total do crédito será determinado mediante aplicação, sobre o valor das aquisições, de 90% da alíquota de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) sobre a base de cálculo apurada sobre o total das receitas auferidas no mês, independentemente de sua denominação ou classificação contábil (§2º).

O art. 2º isenta da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS a receita obtida pelas pessoas jurídicas decorrente da venda às indústrias têxteis de algodão em pluma.

A cláusula final determina vigência na data de publicação da eventual lei (art. 3º).

Na justificativa foi salientada a grave dificuldade pela qual passa o setor têxtil, fruto da crise econômica que assola o país, que se desdobra na redução do consumo interno e na pressão inflacionária, aliada a diminuição do preço das fibras sintéticas, a alta competitividade do produto estrangeiro, sobretudo oriundo do mercado produtor chinês, e a forte carga tributária.



SF/16237.29972-40



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

A matéria foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAE opinar sobre tributos (inciso IV) e sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas (inciso I). O caráter terminativo da decisão, por sua vez, encontra respaldo no inciso I do art. 91 do RISF (projeto de lei ordinária de autoria de Senador), e enseja a análise da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa adotada.

Adequada a técnica legislativa adotada e escoreita a tramitação do projeto, em termos regimentais, até o presente momento.

Compete privativamente à União legislar sobre as contribuições sociais previstas nos arts. 149 e 195 da Constituição Federal, não sendo a iniciativa legislativa reservada (art. 61).

No aspecto orçamentário, o projeto segue os ditames da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Em especial, atende ao preceito do art. 14, segundo o qual a proposição deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, tendo o ilustre autor proponente



SF/16237.29972-40



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

estimado uma renúncia de receita no valor de R\$ 1,3 bilhão para 2015, R\$ 1,4 bilhão para 2016 e R\$ 1,5 bilhão para 2017.

Atendidos os requisitos formais, passa-se ao mérito propriamente dito.

O mercado têxtil nacional é marcado por acirrada concorrência, sobretudo pela afluência de produtos asiáticos. Ainda assim, a indústria têxtil brasileira é uma das principais do mundo, tanto na produção de tecidos, quanto na de vestuários (5ª colocação no ranking mundial). Mesmo sendo um dos maiores produtores mundiais, as exportações brasileiras de produtos têxteis ocupam apenas a 33ª posição no ranking do comércio mundial¹.

Apesar do crescimento observado nos últimos anos, a crise econômica atual provocou uma queda de 4% no faturamento do setor têxtil em 2015. Embora a depreciação cambial tenha momentaneamente ajudado o setor, haja vista o encarecimento das importações de tecidos e de vestuários asiáticos, estima-se que uma política de substituição de importações por vestuário nacional poderia estimular ainda mais o mercado. Neste ponto, o potencial de substituição poderia chegar ao montante de 200 milhões de peças².

Nesta linha, a finalidade do PLS nº 647, de 2015, é reduzir os efeitos adversos da atual crise econômica sobre a indústria têxtil. Neste sentido, o projeto busca desonerar a etapa inicial da cadeia de produção de têxteis, ao permitir a concessão de crédito presumido às empresas que utilizem algodão em pluma como

¹ Dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit, disponíveis em <http://gotexshow.com.br/mercado/>.

² <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1736957-com-ajuda-do-cambio-setor-textil-deve-crescer-5-em-2016.shtml>. Acesso em 8 de junho de 2016.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

insumo, bem como ao isentar de contribuições a receita de venda pelas pessoas jurídicas do algodão em pluma.

Apesar de louvável a intenção do nobre proponente, há substanciais objeções que militam pela rejeição da matéria.

Com efeito, o país atravessa uma grave crise econômica, que assola praticamente todos os setores produtivos, em maior ou menor grau. É indiscutível a importância do setor têxtil para a economia nacional, assim como as dificuldades que tem suportado.

Entretanto, por mais dura que seja a atual realidade, não é essencialmente diferente da de tantos outros setores da economia.

Por essa razão, seria contrário à almejada isonomia tributária conceder pontuais benefícios a um ou outro setor, se o problema é da economia nacional como um todo. Em outras palavras, de um lado estar-se-ia certamente beneficiando um dado setor, porém o outro lado da moeda é que o restante da sociedade (demais setores produtivos da economia, assim como a classe dos trabalhadores), que igualmente sofre com a crise, arcaria com o custo da benesse fiscal.

Também é curial ressaltar que, se todos os setores afligidos pela crise obtivessem os mesmos benefícios tributários, o Governo Federal ficaria praticamente sem receitas para áreas importantes como a saúde, educação e previdência social.



SF/16237.29972-40



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Aliás, política fiscal semelhante, de concessão de pontuais benefícios a setores específicos, foi implementada de forma sistemática no governo anterior, o que contribuiu sobremaneira para o profundo déficit fiscal que o país atravessa desde 2014.

Em uma economia de mercado saudável e madura, a intervenção do Estado na economia, direta ou indiretamente, deve ocorrer para corrigir falhas de mercado, como a tendência a formação de monopólio ou para estimular uma indústria ainda incipiente. No caso presente não há tal elemento extraordinário para justificar a intervenção estatal mediante a concessão de benefício tributário.

Em uma perspectiva mais pragmática, não se pode perder de vista que a receita oriunda do PIS/COFINS é essencialmente destinada a financiar a seguridade social, que acumula expressivos déficits nos últimos anos. Parte da arrecadação é destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), ao seguro-desemprego, além de programas nas áreas de saúde, previdência e assistência social. Portanto, a renúncia fiscal ligada a essas duas contribuições traz um impacto direto nas ações de governo em importantes áreas sociais.

Sob essa ótica, conforme apontado pelo proponente na justificção, a estimativa de impacto fiscal da medida é de uma renúncia da ordem de quase um bilhão e meio de reais. Considerando que o resultado primário previsto pelo governo para o corrente ano é de déficit de cento e setenta bilhões de reais, torna-se inoportuna qualquer medida que agrave ainda mais o desequilíbrio das contas públicas.

III – VOTO



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Diante do exposto, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 647, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/16237.29972-40